

2007

Aborto Não Pode Ser Crime

Por uma vida de escolhas – razões para votar sim no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, org. Inês Pedrosa. Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim, 2007, pp 36-39.

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2007



Publicado em

Por uma vida de escolhas – razões para votar sim no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, org. Inês Pedrosa. Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim, 2007, pp 36-39

Aborto não pode ser crime

Estamos em Portugal, uma república laica e democrática da União Europeia que se pretende moderna e desenvolvida, o ano é 2006, século XXI, e as mulheres que recorrem ao aborto clandestino são consideradas criminosas. O País vive uma situação retrógrada, fora dos critérios civilizacionais que definem a Pessoa (neste caso, a mulher) como soberana em relação ao que acontece ao seu corpo. Por isso é importante ser claro em relação a quase-tabus entre os que defendem o aborto: é preciso dizer que o argumento anti-aborto em torno da “vida” é inválido, e não fugir a ele; e é preciso dizer que as mulheres têm direito de escolha – e não apenas que são vítimas do aborto clandestino.

Em 1998, os portugueses e as portuguesas votaram num referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Os homens e mulheres liberais e progressistas ficaram, compreensivelmente, traumatizados com esse acontecimento: não só a afluência às urnas foi pouca, como ganhou o “Não” à despenalização.

Não tendo sido vinculativos, os resultados daquela consulta acabaram por ser interpretados pelas instituições políticas portuguesas como válidos. São pelos menos três as consequências de 1998: em primeiro lugar, a corrente conservadora e patriarcal na nossa sociedade sentiu-se legitimada na sua posição anti-aborto; em segundo lugar, as correntes progressistas e defensoras dos direitos das mulheres sentiram-se “encostadas a um canto”; e, em terceiro lugar, Portugal permanece, junto com a Irlanda, um dos raros países da União Europeia onde se criminaliza o aborto.

Mas talvez uma quarta consequência devesse ser acrescentada, sendo ela a mais trágica e injusta de todas: muitas mulheres de poucas posses continuam a ter que recorrer a práticas clandestinas, perigosas e caras de IVG, e muitas mulheres correm o risco real de se verem como réis em tribunal, como aconteceu com os casos dos julgamentos da Maia e de Aveiro

Na sequência da derrota de 1998 muitos e muitas de nós fizemos o mínimo que se poderia esperar: perguntar-nos o que correu mal e onde errámos, e perguntar-nos como inverter, agora ou no futuro próximo, a situação. Tornou-se claro que o movimento que em 1998 pugnou pelo “Sim” fê-lo com uma estratégia demasiado defensiva; como se, de certo modo, alguns dos preconceitos que se reproduzem nos sectores conservadores ou na opinião menos esclarecida, estivessem interiorizados em muitos e muitas de nós; como se os argumentos demagógicos em torno da “Vida”, lançados pelos apoiantes do “Não”, fizessem eco nas nossas consciências. Exagerámos na retórica do “problema de saúde pública”; exagerámos na retórica do “miserabilismo” e das histórias sobre os abortos de vão de escada e as agulhas de tricô; exagerámos talvez, até, na retórica da divisão de classes entre as mulheres, com as histórias que opõem aquelas situações miseráveis ao conforto das clínicas de Badajoz ou Londres. Talvez.

O que é certo é que esquecemos, tendencialmente, dois posicionamentos que hoje reivindicamos. Um, de origem mais feminista e radical, outro de origem mais

abrangente e liberal. O primeiro é aquele que recusa a “lógica” dos úteros como propriedade pública, e defende o direito das mulheres a tomarem decisões sobre o que acontece ao seu corpo, incluindo a gravidez. O segundo é aquele que recusa a “lógica” de haver dois direitos, dois tipos de leis, duas personalidades políticas e jurídicas consoante se é homem ou mulher, ficando as mulheres minorizadas, como que sob tutela da sociedade, pelo facto de ser nos seus corpos que se dá a gestação. A estes dois posicionamentos ainda poderíamos acrescentar um outro, oriundo de sectores católicos, que claramente ataca o discurso sobre a “Vida”, e que diz que moralmente a mulher tem primazia sobre o feto. Este argumento, que se encontra nos documentos do movimento dos Católicos pela Livre Escolha (com representação em Portugal) vai até mais longe, dizendo que o argumento da “Vida” é demagógico porque fundamentalista, ao recusar o facto de que a vida humana é por natureza vida social, de relação: feto e Pessoa não são, de todo, a mesma coisa. A este propósito, convido o leitor ou a leitora a prestar atenção ao seguinte excerto: “As mulheres e os fetos não se podem comparar. Enquanto toda a vida, incluindo a vida do feto, tem um valor, só as pessoas, incluindo as mulheres, têm direitos (...) A evidência científica, legal, filosófica e histórica indica que os fetos não são pessoas (...) Defendemos a vida se atendermos aos direitos das mulheres e se lhes dermos condições para fazerem as escolhas que consideram correctas e se contribuímos para prevenir a gravidez (...) A Igreja reconhece não ser capaz de dizer quando é que o feto é uma pessoa. E nos ensinamentos da Igreja há excepções ao princípio de não matar (...) Por exemplo, há circunstâncias em que o uso das forças militares é moral”. O extracto é de um texto de Frances Kissling, presidente da Catholics for a Free Choice – os “Católicos pela Livre Escolha”, um forte movimento norte-americano pela liberdade de escolha.

Mais adiante, este texto de uma defensora do direito a abortar, diz que “a mulher e o feto não são comparáveis moralmente”. Porquê? Porque a mulher é uma pessoa, o feto não. Uma pessoa é um ser humano criado não apenas pela biologia, mas pelas relações humanas e sociais, pela aprendizagem com os outros em sociedade, a partir do momento em que contacta e comunica com outros seres humanos já Pessoas (normalmente a mãe ou os pais) e se insere nas instituições sociais. É isso – a relação – que lhe vai conferir a humanidade, a identidade e o estatuto de Pessoa, não a definição de um momento específico do crescimento celular do seu corpo enquanto feto.

Seremos um país civilizado quando soubermos definir o estatuto moral relativo entre pessoas e fetos. Quando as pessoas puderem escolher livremente se querem ou não reproduzir-se. E quando essa escolha for baseada em informação acessível, em educação sexual e cívica e num sistema de bem-estar acessível e de qualidade, permitindo assim tomar decisões responsáveis. Tudo o resto é a continuação da hipocrisia medievalesca de um país onde se condena uma mulher que aborta, enquanto se esconde um acto pedófilo com uma criança que, essa sim, já é uma pessoa.

Os direitos das mulheres não são uma questão secundária na agenda política de transformação da sociedade, mas uma questão central de cidadania, saúde, trabalho e família. A campanha pelo sim no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez confrontará o país com a demagogia patriarcal, machista e inquisitorial que mascara o desejo de controlar as mulheres com o argumento da primazia das (potenciais) crianças. Estes sectores intitulam-se “pró-vida”, uma expressão que

contém em si mesma a falácia e a injustiça de posições que prefiro apelidar de “anti-escolha”. E que, hoje, poderiam apelidar-se também de “pró-prisão. São estes sectores que, ultimamente, mais recorrem a argumentos – dispersos e escolhidos, é certo – oriundos das ciências biomédicas. Esgrimem argumentos sobre o momento do começo da vida, sobre o grau de desenvolvimento de embriões e fetos, sobre a sua relação com os progenitores ou a possibilidade de serem alvo de actos médicos. Mas os defensores da liberdade de escolha deveriam muito claramente contestar esta intromissão: é que a ciência não é a base para a decisão e a gestão da sociedade; o contrato social não assenta no conhecimento científico. O tipo de autoridade oferecida aos cientistas (e que nem eles reclamam) é da ordem da demagogia: o médico e o cientista apresentados como na Idade Média se apresentaria a autoridade inquestionável dum sacerdote. Isto é mais grave em Portugal, dada a associação entre parte significativa da elite corporativa médica e a Igreja Católica.

No plano legal, os sectores anti-escolha pretendem avançar na direcção da definição de “direitos do embrião e do feto”, no que, a concretizar-se, seria algo que colidiria sempre com os direitos das Pessoas/mulheres. Seria um retrocesso na democracia tal como construída a custo no Ocidente Europeu – a não ser que velhas noções sobre a inferioridade e marginalidade das mulheres fossem retomadas. Mas o mais perturbador no caso português é a vontade de manter a lei tal qual está e remeter para os tribunais a ponderação de “circunstâncias atenuantes” (como a pobreza, razão pela qual tão pouco subscrevo os argumentos miserabilistas de algumas pessoas pró-escolha) para não penalizarem as mulheres. Propõem-se mesmo alternativas escandalosas e hipócritas: condenem-se médicos e parteiras. Isto é, condene-se quem (mesmo que para fins lucrativos) presta o serviço que o Estado se recusa a prestar com dignidade e segurança.

A natureza repressiva das posições anti-escolha (elaborada pelos mesmos que, no campo do económico, defendem a liberdade extrema) revela-se no argumento demagógico sobre como, desde 1998, teriam sido as suas associações a “apoiar as mulheres”. É preciso que se diga que esse apoio é unidireccional, pretendendo apenas levar gravidezes de adolescentes e mulheres pobres até ao fim. Mas que apoio dariam a uma mulher que lhes fosse pedir ajuda para fazer um aborto – em condições e, portanto, caro – em Espanha? E é falso que os apoiantes da livre escolha estejam de braços cruzados: por quem, se não por eles, tem sido conduzida a luta pela educação sexual e a contracepção (justamente o que permitiria diminuir a prática abortiva), de que a APF é um exemplo?

No movimento pelo sim no referendo exprimem-se múltiplas opiniões, de sectores católicos até sectores feministas libertários. O denominador comum é a descriminalização – o desejo de pôr fim à iniquidade que é um segmento da população (cidadãos livres com úteros e férteis) correr o risco de se sentar num tribunal e numa cela por causa das escolhas que fez em relação ao seu corpo e à sua reprodução. Dizem os anti-escolha que se o resultado em 1998 tivesse sido outro não teríamos lutado por este novo referendo. Pois não! É que enquanto certos direitos inalienáveis não estiverem garantidos, e a todos e todas forem impostas “opções” por quem as poderá sempre tomar (pois convém não esquecer que com a descriminalização ninguém será obrigada a abortar, e o aborto só será possível até às dez semanas) é imoral ficar de braços cruzados, recusando que a vida – a concreta – é feita de escolhas.

Recusamo-nos a ficar do lado do silêncio e do conformismo. Em nome da modernidade, da civilização, e dos direitos de cidadania, o aborto não pode ser crime. Por isso vamos perguntar aos portugueses e portuguesas – a cada um e cada uma de vós – “gostaria de ver a sua mulher no tribunal?”. “Gostaria de se ver no tribunal?”

Miguel Vale de Almeida